



O LUGAR DO GÊNERO FEMININO: uma breve análise da desigualdade de gênero
nas políticas sociais

THE PLACE OF THE FEMALE GENDER: A Brief Analysis of Gender
Inequality in Social Policies

Mércia Lúcia Gonçalves Vasconcelos
Universidade Federal De Mato Grosso(UFMT)

RESUMO:

As reflexões apresentadas neste texto são parte do Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Serviço Social. Trata-se de uma construção da autora que se propôs a pesquisar, refletir e construir conhecimento acerca da temática de gênero e o fazer profissional de assistentes sociais que atuam nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Uberaba-MG. Mas aqui, trataremos das reflexões em torno do lugar ocupado pela mulher na sociedade de classes e como esse lugar também pode ser percebido no cotidiano da execução das políticas sociais, em especial a política de assistência social.

Palavras-chave: Gênero; Serviço Social; Política de Assistência Social.

ABSTRACT:

The reflections presented in this text are part of the Graduation Course in Social Work. It is a construction the author who proposed to research, reflect and build knowledge about gender issues and the professional work of social workers who work in the Reference Center for Social Assistance (CRAS) in the city of Uberaba-MG. But here, we will consider the reflections about the place occupied by women in class society and how this place can also be perceived in the daily life of the implementation of social policies, especially social assistance policy.

Keywords: Gender. Social service. Social Assistance Policy

1 INTRODUÇÃO

Compreendendo que as relações de gênero expressam uma das mais “violentas” formas de manifestação da questão social, pois estão engendradas e se intensificam pelo modo de produção e reprodução capitalista, o objetivo geral deste artigo se constitui em compreender como as desigualdades de gênero tem perpassado e se manifestado nas políticas sociais, especialmente na política de assistência social.



Tendo em vista as desigualdades de gênero engendradas e naturalizadas no sistema capitalista e seus rebatimentos, esta pesquisa será de suma importância, no sentido de trazer a discussão e a reflexão da importância dessa temática no processo de formulação, implementação e execução das políticas sociais. Com vistas a um enfrentamento ético e político, que de fato esteja comprometido com as/os usuárias/os que serão atendidas/os, tendo como norte a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa da opressão e violência contra as mulheres.

As participantes da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso foram assistentes sociais que atuam no Centro de Referência de Assistência Social no município lócus da pesquisa. Foram escolhidos três CRAS, dos oito existentes no município, por meio de sorteio. A pesquisa teve como método de análise o materialismo histórico dialético, o qual permite uma maior aproximação de apreensão da realidade concreta e que é hegemonicamente pautado e referenciado no Serviço Social brasileiro.

Como metodologia, utilizamos de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a pesquisa de campo, sendo que no processo da pesquisa de campo recorreu-se à técnica da entrevista com questionário semi-estruturado com perguntas previamente elaboradas. Deste modo, as entrevistas foram realizadas pessoalmente com assistentes sociais por meio de conversa/diálogo e uso de gravador de voz.

Isto posto, o presente artigo está estruturado em três itens que expressam parte do estudo e a apreensão da pesquisa realizada. Assim, no primeiro item apresenta-se um breve histórico das relações de gênero e sociedade de classes. Por conseguinte, o próximo item discorre sobre o Estado e a gênese das políticas sociais. No terceiro item, discorreremos acerca do lugar da mulher na Política de Assistência Social no município em pesquisa e como estas têm respondido às demandas das mulheres frente às desigualdades de gênero.

2 GÊNERO E SOCIEDADE DE CLASSES

O processo de consolidação do capitalismo se caracteriza principalmente por uma configuração de trabalho em que a grande massa de trabalhadoras/es não transformam a natureza em produtos apenas para suprir suas reais necessidades



humanas, mas têm sua força de trabalho expropriada¹ para produção de uma riqueza que não é igualmente distribuída para quem a produziu. A força de trabalho se torna mercadoria.

A partir da produção e reprodução da força de trabalho humana e bens (mercadorias), o modo de produção capitalista a partir dessa configuração de trabalho produz e reproduz as relações sociais.

Esta forma de organização das relações humanas que é dividida entre vendedores da força de trabalho e compradores da força de trabalho, tem sua natureza na intensa exploração da força de trabalho, baseada na precarização das condições de trabalho e da vida humana para obtenção de lucros (lucros estes que são apropriados por aquela parcela da população que compra a força de trabalho).

À vista disso, as relações de gênero são profundamente desiguais, pois a manutenção do capital se realiza com a sujeição de alguns setores na sociedade na forma de opressão, a exemplo disso, a desigualdade salarial e os postos no mercado de trabalho das mulheres que é subalterna e inferior em relação à posição dos homens.

A riqueza socialmente produzida aumenta, não obstante, paralelamente a pobreza cresce, marcando assim, uma sociedade de classes dividida entre capitalistas e trabalhadoras/es assalariadas/os. Neste contexto, é que emerge a chamada questão social, que vai demarcar e escancarar as contradições latentes entre capital e trabalho. As expressões da questão social se manifestam na forma de desigualdades sociais como, violência, fome, desigualdade de gênero, desemprego, entre tantas outras.

Esse contexto histórico e atual atinge diretamente a vida das mulheres, uma vez que partindo dessa perspectiva, a situação de exploração e opressão está inscrita na produção e reprodução de relações burguesas, enquanto expressão da questão social na sociedade de classes.

No Brasil a questão de gênero tem gerado polêmica e faz parte de muitos debates em movimentos sociais, produções teóricas, entidades organizativas, universidades, como também em outros espaços políticos. A discussão em torno desta categoria trouxe à tona várias problemáticas e indagações no que diz respeito ao modo

¹ “[...] base social que permite a exploração da força de trabalho, ao enrijecer-se como condição natural da existência humana sob o capital [...]” (FONTES, p.12, 2008)



como os “papeis” foram definidos e impostos para homens e mulheres na sociedade, de forma que estes papeis sejam incorporados pelos indivíduos de ambos os sexos.

Assim, nesse sistema patriarcal, meninos e meninas desde sua infância internalizam papéis e valores sexistas por meio da educação que demarca diferenças entre homens e mulheres, sendo que, estas diferenças contribuem diretamente para exclusão e dominação das mulheres pelo homem. Esse modelo de educação baseada na ideologia patriarcal e burguesa, naturaliza e contribui fundamentalmente com a violência de gênero que incide no cotidiano das mulheres.

Podemos dizer que as relações de gênero se configuram a partir das relações sociais e não simplesmente pela questão biológica de sexo feminino ou masculino, ainda perpassam o sistema capitalista e suas relações de poder. Então, as características femininas ou a feminilidade, por exemplo, não são naturais e sim construídas socialmente.

Sobre as relações de gênero Carloto (2001) pontua que as manifestações de gêneros se dão como forma de responsabilização de um sobre outro de forma desigual baseada na classe, no sexo e na raça, assim, cada gênero tem seu lugar definido socialmente. Para Saffioti (1992, p.191, apud Cisne, 2012, p. 105):

O gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas. Nesta linha de raciocínio, o corpo da mulher, por exemplo, é essencial para definir sua situação no mundo. Contudo, é insuficiente para defini-la como uma mulher. Esta definição só se processa através da atividade desta mulher na sociedade. Isto equivale a dizer, para enfatizar, que o gênero se constrói-expressa através das relações sociais.

Essa construção se dá em meio as relações sociais de forma a perpassar relações de poder, de classe, de raça, subjetividades, práticas e valores estabelecidos; relações essas produzidas e reproduzidas no capitalismo. Posto isto, é fundamental analisar e compreender as relações de gênero no cerne das contradições do embate capital e trabalho. Estas relações perpassam a luta de classes e a posição de classe é determinante no processo da desigualdade de gênero.

Deste modo, as resultantes dessas desigualdades entre o que é considerado feminino e masculino reproduzidas ao longo do tempo, a cada geração, caracterizam as relações de poder hierárquicas existentes nas relações sociais, e tendo por base a



construção social de “papéis” e a justificativa da suposta “ordem natural”, é na instituição familiar que essa divisão de gênero será reproduzida e enfatizada.

Esta discussão perpassa o contexto do capitalismo, em que se afirma que as relações de gêneros são apreendidas de forma dicotômicas e bipolares, assim, naturalizadas e reificadas. Ao sexo feminino é destinado os adjetivos e qualificações associadas à fragilidade e cuidado e, ao sexo masculino adjetivos e qualificações relacionados à força e ao prover.

A desigualdade de gênero vem antes mesmo do capitalismo, mas é neste modo de produção que ela se intensifica e assume papel fundamental na exploração e opressão de uma parcela da sociedade que se encontra em um contexto de vulnerabilidade, sendo, mulheres, travestis, transgêneros, transexuais, homossexuais e bissexuais. Considerando:

[...] a exploração como relação entre as classes que faz referência à apropriação do produto do trabalho excedente das massas trabalhadoras por parte da classe possuidora dos meios de produção. Trataria-se, nesse caso, de uma categoria que tem suas raízes nos aspectos estruturais econômicos. Enquanto poderíamos definir a opressão como uma relação de submissão de um grupo sobre outro por razões culturais, raciais ou sexuais. Ou seja, a categoria de opressão se refere ao uso das desigualdades para colocar em desvantagem um determinado grupo social. (D’ATRI, 2004, p. 29)

Esta parcela da sociedade citada anteriormente, se encontra em meio à exploração no mundo do trabalho como toda classe trabalhadora, mas as opressões a que são submetidas/os intensificam a precarização das condições de trabalho e de vida da mesma, precarização esta, que incide violentamente em todos os âmbitos das relações sociais.

3 ESTADO E AS POLÍTICAS SOCIAIS

Atualmente tem-se pautado frequentemente a violência contra a mulher, Saffioti (2015, p. 49,50) vai relatar que:

[...] 19% das mulheres declararam, espontaneamente, haver sofrido algum tipo de violência da parte de homens, 16% relatando casos de violência física, 2% de violência psicológica, e 1% de assédio sexual. Quando estimuladas, no entanto, 43% das investigadas admitem ter sofrido violência sexista, um terço delas relatando ter sido vítimas de violência física, 27% revelando ter vivido

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UEPI - Teresina - Piauí

situações de violência psíquica, e 11% haver experimentado o sofrimento causado por assédio sexual.



Esses dados pesquisados por Saffioti evidenciam a violência que as mulheres são submetidas até hoje, em pleno século XXI. As outras mulheres que não se manifestaram provavelmente em algum momento foram vítimas de algum tipo de violência, mas talvez não conseguiram se identificar como vítimas de violência, principalmente quando se trata da violência cometida pelo próprio parceiro.

E é importante evidenciar que na maioria dos casos essa violência está em um determinado espaço físico, espaço privado do casal onde as relações se perpetuam violentamente com uma aparência de laços afetivos e amorosos, como coloca Bandeira:

Os dados da pesquisa informam que 8% dos homens entrevistados admitem que já bateram em uma mulher ou namorada; destes, 57% admitem que bateram uma vez, enquanto 43% já o fizeram algumas vezes. (BANDEIRA, 2013, p.65)

Os movimentos feministas têm defendido a bandeira contra o machismo e seus diversos tipos de violência e a visão das mulheres também têm mudado com o decorrer dos anos. De acordo com Bandeira (2013), “É interessante observar que a percepção positiva aumenta com a escolaridade e a renda, tal como a percepção de que a vida das mulheres mudou para melhor.”

Diante desta colocação, podemos ressaltar a necessidade de melhor compreender as relações de gênero na atual sociedade fazendo um recorte classista, pois mulheres com acesso à educação podem conhecer e se identificar com o movimento feminista mais facilmente e as chances de se organizarem são muito maiores.

Tendo em vista as pontuações feitas neste tópico,

O feminismo tem, portanto, responsabilizado o Estado pela adoção de medidas que venham a alterar essa realidade, pois, do ponto de vista feminista, o Estado tem um papel fundamental na alteração das condições estruturais das relações desiguais de gênero e sua intervenção dar-se-á por meio das políticas públicas. Esse processo reivindicatório e de constituição das políticas públicas no Brasil situase num contexto mais geral de reformulação do papel e do padrão de intervenção do Estado brasileiro, condicionado pelo processo de redemocratização e pelas crises econômicas que marcaram o país na década de 1980. (VIANA, 2013, p. 378)

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



As relações entre Estado brasileiro e a sociedade são resultantes das marcas históricas da formação da atual organização produtiva do país. O caráter anti-democrático das ações burguesas marcou a transição do capitalismo competitivo ao monopolista no Brasil, atendendo aos interesses da classe dominante por meio do Estado e seus aparelhos privados de hegemonia².

Essa expansão monopolista se fez na manutenção e intensificação das discrepâncias econômicas e sociais conforme a concentração de renda e poder nesse mesmo processo, o que contribuiu com o movimento de dominação política na sociedade. A dinâmica anti-popular e anti-democrática das ações caracteriza essencialmente o liberalismo no Brasil que se afasta totalmente da perspectiva democrática.

O liberalismo no país se desenvolveu com as heranças escravocratas tendo como sustentáculo as classes de extração rural e sua clientela, o que contribuiu fortemente com o favoritismo e clientelismo em relação a instituições representativas do Estado burguês. São essas as principais características da formação do Estado brasileiro e que vão delinear a concepção e o caráter eminentemente contraditório das políticas sociais.

No Brasil a organização de um sistema de proteção social se deu de forma bem diferenciada do que ocorreu na Europa³, em que foi possível a instauração do *Welfare State*⁴, haja vista o caráter tardio das lutas sociais no país. Assim, sobre a conceituação de política social Carvalho (2007, p.75) pontua que:

² “[...] utilizando a linguagem gramsciana, pode-se dizer que o Estado “educa o consenso”, através dos “aparelhos privados de hegemonia”, especialmente através dos meios televisivos e dos grandes monopólios privados da mídia, mecanismos fortalecedores da fragmentação social das classes subalternas, criando um novo “senso comum”, “do qual são expelidos a política, a participação, a vida em relação aos outros, o sentido de comunidade”. (LIGUORI, 2003, p. 186, apud SIMIONATTO, 2009, p. 43).

³ Na Europa o desenvolvimento do modo de produção capitalista se deu anteriormente à experiência brasileira, ou seja, foi possível uma radicalização das lutas sociais diante das contradições históricas do modo operante.

⁴ Os princípios que estruturaram o *Welfare State* [...] são aqueles apontados pelo Plano Beveridge: 1) responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais; 2) universalidade dos serviços sociais; e 3) implantação de uma rede de segurança de serviços de assistência social. (MISHRA, 1995, p.113 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 94)

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



[...] podemos sintetizar como um conjunto de diretrizes, orientações, critérios e ações que permitam a preservação e a elevação do bem estar social, procurando que os benefícios do desenvolvimento alcancem a todas as classes sociais com a maior equidade possível.

No Brasil apenas em 1988 que se tem a garantia de um sistema de seguridade social o qual foi expresso na carta constitucional deste mesmo ano, sendo esta a proposta que mais se aproximou da perspectiva do Estado de Bem Estar Social. Esse processo de ampliação dos direitos não significou uma ruptura com a sociedade de classes, entendendo que o mesmo foi capturado pela ideologia do consenso de classes.

Nesse sentido, veio em uma perspectiva de apaziguamento das lutas populares, reafirmando o caráter contraditório das políticas sociais, pois, as mesmas são típicas do modo de produção capitalista justamente para responder as necessidades da população em decorrência da apropriação da força de trabalho humana e por conseguinte, a produção da questão social, em que interesses de uma classe se sobressaem a outra, limitando o acesso a bens e serviços a grande parcela da sociedade.

Ou seja, as políticas sociais têm em sua gênese um caráter antagônico, pois propõem uma igualdade social ao passo que alimenta os interesses do sistema capitalista. Essas políticas permitem acesso ao mercado de trabalho por meio dos espaços de formação de mão-de-obra, também programas de transferência de renda. Assim, o Estado mantém seu controle sob a força de trabalho e um exército industrial de reserva.

As habitações, a carreira escolar, a formação profissional, a internação, os seguros sociais, a assistência, reproduzem não só a força de trabalho, mas também o lugar ocupado pela classe trabalhadora no sistema produtivo. (FALEIROS, 2000, p. 77)

4 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESIGUALDADE DE GÊNERO

Objetivando refletir acerca da posição da mulher enquanto usuária da política de assistência social, reportaremos em como esta se materializa no município em questão, compreendendo determinantes históricos que perpetraram a assistência social na formação social brasileira, sobretudo a tendência de centralidade da família, o que, num todo, evidencia a responsabilidade que é designada à mulher.



Como já exposto no tópico anterior, a política social tem em sua gênese um caráter eminentemente contraditório e que pode ser observado quando nos propomos a discutir desigualdade entre os gêneros na política de Assistência Social que é efetivada nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), política esta, que tem como público-alvo “Famílias que, em decorrência da pobreza, estejam vulneráveis, privadas de renda e do acesso a serviços públicos, discriminadas por questões de gênero, etnia, deficiência, idade, entre outras.”, de acordo com o site da prefeitura do município de Uberaba.

Entretanto, quando falamos na materialização dessa política nos Centros de Referência de Assistência Social, percebemos que o público-alvo é a mulher e não a família em sua totalidade, que a consubstancialidade da assistência social reproduz e reitera as desigualdades de gênero e o papel da mulher na sociedade. Recordando o primeiro tópico desse texto, os papéis colocados para a mulher como ser mãe, ser cuidadosa e delicada, educadora, frágil, entre outros, são apropriados e reforçados na manutenção da política de assistência social.

Dentre os programas de transferência de renda, destacamos o mais conhecido e popular Programa Bolsa Família no campo dos enfrentamentos da pobreza no Brasil. Tendo como base a realidade no município de Uberaba, atrelado aos dados e fundamentos teóricos expostos no decorrer deste trabalho, verificamos que as mulheres são majoritárias no cadastro de recebimento do benefício. Ainda, a responsabilização da mulher para com a educação dos filhos e cuidado com o lar é evidente na análise deste programa.

Neste sentido, as políticas públicas também têm seu papel no movimento de contribuição e reprodução da subalternidade da mulher, sendo que:

No contexto neoliberal, as políticas públicas são marcadas pela ausência de estruturas e medidas pensadas em função das e para as mulheres. Apesar de serem maioria, as mulheres não constituem um grupo específico no âmbito da assistência pública e, tal como está definido pela Lei Orgânica da Assistência, não existem medidas e programas centrados na problemática do gênero. (Luz; Lisboa; Mirales; Moreira; Silva 2006)



As lutas em torno das desigualdades entre homens e mulheres se destacam desde o século XIX, ou seja, uma discussão que já vem sendo feita e atualmente essa questão ainda passa despercebida nas relações sociais mesmo perpassando a vida pessoal e cotidiana de mulheres e homens na sociedade.

[...] 70 % dos pobres do mundo são mulheres e 20 milhões de mulheres no mundo vivem em condições de “segunda categoria”, sofrem violência, são exploradas no trabalho, migram de um lugar para outro, lutando por sobrevivência e pela garantia de seus direitos. Luz; Lisboa; Mirales; Moreira; Silva (2006)

Os dados expressos só reafirmam a situação das mulheres enquanto exploradas e oprimidas no sistema capitalista, e reiteram a necessidade dos questionamentos e problematizações postos ao longo deste artigo.

É relevante retomar que a família enquanto aparelho privado de hegemonia do Estado vai reproduzir e contribuir para o engessamento das opressões, bem como, a consolidação do lugar privado atribuído à mulher na família em que a mesma é responsabilizada pela educação e cuidado com filhos e tarefas domésticas.

De acordo com a pesquisa realizada nos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), os programas e cursos oferecidos são direcionados para as mulheres, cursos estes que se configuram socialmente como cursos femininos. Os programas têm cadastros no nome da mulher em sua maioria, como já exposto, o Bolsa Família e o programa de habitação “COHAGRA” apontado por uma das assistentes sociais entrevistadas.

O Estado oferece programas assistenciais direcionados à manutenção da ordem estabelecida em uma divisão de classes sociais, e a camada mais pobre da sociedade é prejudicada em todos os âmbitos pela falta de acesso a bens e serviços, e a política de assistência vem no sentido de amenizar os rebatimentos das desigualdades sociais para essa população.

Cabe destacar também que, a condução para o mercado de trabalho a partir das ações oferecidas nos CRAS ratificam a posição desses indivíduos marginalizados nesta ordem societária, que é no mercado informal de trabalho e/ou com condições



extremamente precarizadas de trabalho, o que dita quais serão, também, as condições de vida.

E quando se trata de mulheres no mercado de trabalho as condições são ainda mais avassaladoras, condições impostas pela divisão sexual do trabalho com raízes na instituição da propriedade privada e na família monogâmica, em que a mulher se encontra em posições inferiores socialmente dadas as condições de sobrevivência na sociedade capitalista.

CONCLUSÃO

Desta forma, as particularidades geradas pela desigualdade de gênero devem ser observadas e pautadas para construção de uma sociedade ausente de opressões, para isso, o caminho pelo Estado deve ser de cobrança e resistência frente o desenvolvimento e implementação das políticas.

A responsabilização da mulher por meio dos papéis socialmente construídos de gênero são ratificados a todo momento e não é diferente na política de Assistência Social, tendo em vista a centralidade da família no desenvolvimento dessa política, mas que na realidade a centralidade está na mulher “mãe” da família.

Acreditamos que a política de assistência social deve se pautar para o fortalecimento das mulheres no que se refere a construção de uma consciência política, indo na contramão da perpetuação da opressão feminina. Para tanto, a equidade de gênero deve ser tratada no campo das políticas sociais, articulando acesso aos direitos universais, melhorias na própria condição nesta sociedade visando mudanças propícias à autonomia feminina.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes. A violência doméstica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres. In: VENTURI, G; GODINHO, T. (Org.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

BEHRING, E.R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2010.



CARLOTO, Cássia Maria. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais.** In: Serviço Social em revista. Londrina v.3, n.2, p.201-213, jan/jun. 2001.

CARVALHO, A. M. de. **Políticas sociais: afinal do que se trata?** Rev. Agenda Social. v.1, n.3, set-dez/2007, p. 73-86, ISSN 1981-9862. Disponível em: <http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda_Social_5075_1204236093.pdf>. Acesso em: 21 set. 2016.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** São Paulo: Outras expressões, 2012.

D'ATRI, Andrea. **Pão e Rosas: identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo.** São Paulo: Edições Iskra, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista.** São Paulo: Cortez, 2000.

FONTES, Virgínia. **Marx, expropriações e capital monetário: notas para o estudo do imperialismo tardio.** Rev. Crítica Marxista. n. 26. Rio de Janeiro, Revan, p.9-31, 2008.

LISBOA, Teresa Kleba; LUZ, Lila Cristina Xavier; MIRALES, Rosana; MOREIRA, Maria Regina de Avila; SILVA, Marlise Vinagre. **O lugar de gênero na formação da/o assistente social.** In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Recife, 2006. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF05/O%20lugar%20de%20g%C3%AAnero%20na%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20AS.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

UBERABA, Prefeitura Municipal de. **Centro de Referência da Assistência Social – Programa de Atenção Integral à Família.** Disponível em: <<http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,872>>. Acesso em: 26 out. 2016.

SAFIOTTI, Heleieth. **O poder do macho.** 11. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFIOTTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SIMIONATTO, Ivete. **Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana.** In: Rev. Katálysis, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 41-49, jan./jun, 2009. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/21g3uGb09v00M05742W1.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

VIANA, Raquel. **Desafios e limites das políticas públicas no cotidiano das mulheres.** In: GODINI, Tatau; VENTURI, Gustavo. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.